

**PODER JUDICIÁRIO****INFORMACÕES SOBRE ESTE DOCUMENTO NUM. 20**

Nr. do Processo	0519577-45.2018.4.05.8100T	Autor	CLAUDERLE FATIMA PEREIRA CHAVES
Data da Inclusão	15/02/2019 14:46:57	Réu	UNIÃO - Procuradoria da União no Ceará - PU/CE
Última alteração	Michely Porto de Feitas às 07/02/2019 16:32:29		
Juiz(a) que validou	MARCUS VINICIUS PARENTE REBOUÇAS (1ª Turma Recursal)		

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. RESTABELECIMENTO DA RUBRICA VPNI DECORRENTE DE QUINTOS ACUMULADOS (LEI N. 9.527/97). POSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO NO CASO CONCRETO. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO COMISSIONADA SE EFETIVOU MUITO ANTES DE SER CRIADA A GAE. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSOS INOMINADOS IMPROVIDOS.

VOTO

Trata-se de recurso inominado interposto pela União em face de sentença que julgou procedente o pedido de restabelecimento da rubrica VPNI decorrente de quintos acumulados (Lei n. 9.527/97), nos proventos da parte autora.

Conforme se verifica dos recurso interposto, o recorrente não traz argumentos que já não tenham sido debatidos e rebatidos pela decisão de primeiro grau, portanto analisando atentamente a sentença recorrida, consta-se que o Juízo *a quo* formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência.

Por tal razão, valho-me dos fundamentos do julgado monocrático como causa de decidir, na forma do art. 46 da Lei n° 9.099/95 c/c art. 1° da Lei n° 10.259/2001, com a súmula de julgamento servindo de acórdão, *in verbis*:

“Trata-se de ação cível especial ajuizada por Clauderle Fátima Pereira Chaves, em face da União, objetivando o restabelecimento da rubrica VPNI decorrente de quintos acumulados (Lei n. 9.527/97), a qual alega ter sido ilegalmente suprimida de seus proventos de aposentadoria.

Em prol de seu pleito, aduz a demandante que é servidora pública federal aposentada, do quadro de pessoal permanente do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região, onde ocupava o cargo de Analista Judiciário/Oficial de Justiça Avaliador Federal. Prosseguindo, salienta que, quando em atividade, teve incorporados 10/10 (dez décimos) da função comissionada de Assistente Administrativo (FC3), por ato emitido em 20/05/1996, ou seja, há mais de 20 (vinte) anos.

Informa, ainda, que a incorporação em questão se deu com fundamento na Lei n.º 8.911, de 1994, e no art. 62, da Lei n.º 8.112/90 (na redação então vigente). Posteriormente, com a entrada em vigor da Lei n.º 9.527/97, que alterou a Lei n.º 8.112, de 1990, para deixar de prever a incorporação, as parcelas incorporadas foram transformadas em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de

modo que a incorporação dos quintos/décimos ocorreu há mais de 20 (vinte) anos, sendo que, há quase vinte, percebe tais parcelas na forma de VPNI.

Ainda, em 2006, a Lei n.º 11.416, de 2006, criou a Gratificação de Atividade Judiciária (GAE), devida a todos os ocupantes do cargo de Analista Judiciário, no efetivo exercício de suas atribuições, de modo que passou a receber a Gratificação de Atividade Externa, a partir de dezembro de 2007, cumulativamente com a VPNI oriunda dos quintos/décimos já incorporados. Ou seja: as parcelas foram recebidas, cumulativamente, por quase uma década.

Por fim, relata que em 2016 foi aposentada voluntariamente, através do ATO TRT7ª Nº 07/2018, de 24 de Janeiro de 2018, com fundamento nos artigos 3º e parágrafo único e 7º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, tendo, portanto, seus proventos integrais e paridade plena. Contudo, ao analisar o ato da sua aposentadoria no Proad n.º 5449/2016, o Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região negou a cumulação da GAE com as parcelas de quintos/décimos incorporadas. Nesse sentido, questiona o ato administrativo, sustentando que, segundo a regra constitucional aplicável à sua aposentadoria, os proventos deveriam ser calculados com base na totalidade da remuneração, composta essa, há quase uma década, pela VPNI cumulada com a GAE.

O réu ofertou contestação em que argüi ausência absoluta de amparo legal para o pagamento cumulativo de quintos/décimos, quando decorrentes do exercício de função comissionada inerente ao cargo efetivo, com a GAE (Gratificação de Atividade Externa), requerendo, assim, a improcedência da ação.

É o relatório. Passo a decidir.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, defiro os benefícios da justiça gratuita.

A Gratificação de Atividade Externa – GAE foi instituída pela Lei n. 11.416/2006, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, nos seguintes termos:

Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa – GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão".

De acordo com o dispositivo acima, restou explicitamente vedada a percepção da GAE por servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão. Dessa forma, os servidores da ativa não poderiam cumular a referida vantagem com outra gratificação oriunda do efetivo exercício de função comissionada ou cargo em comissão. O art. 28 da Lei n. 11.416/06 determina a aplicação dos dispositivos daquele diploma legal, no que couber, aos inativos.

Também a Portaria Conjunta n. 1, de 07/03/2007, de 7 de março de 2007, do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, vedou a recepção da GAE concomitantemente com o exercício de função comissionada ou cargo em comissão, facultando a opção por uma ou outra:

"Anexo II

Art. 3º - É vedada a percepção da gratificação de que trata este ato por servidor em exercício de função comissionada ou de cargo em comissão.

§ 1º - Ao servidor que se encontrar em exercício de função comissionada destinada, pelos órgãos do Poder Judiciário da União, especificamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário descrito no art. 1º, será facultado optar pela percepção da GAE ou da função

comissionada até que seja integralizado o vencimento básico previsto no Anexo IX da Lei nº 11.416/2006, sem prejuízo das atribuições relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa".

Assim, entendo que o teor da Lei é cristalino quando veda a cumulação da GAE com o exercício de função comissionada/cargo em comissão. Do mesmo modo, a Portaria Conjunta, editada para regulamentar a Lei n. 11.416/2006, estabelece a proibição em comento nos casos em que o servidor está em exercício da função comissionada/cargo em comissão.

Nesse contexto, não há outro limitante para a percepção da GAE: cumpridos os requisitos e não estando o servidor em exercício de função comissionada ou cargo em comissão, poderá receber a gratificação. Caso contrário, não poderá acumular ambas as vantagens, sendo-lhe facultado optar por uma delas.

No particular, é de se esclarecer que a transformação dos quintos/décimos incorporados em VPNI não afasta a origem das parcelas; ou seja, a VPNI resultante da transformação de quintos/décimos incorporados, decorre, na verdade, de nomeação e exercício de função gratificada/comissionada que originou o pagamento da respectiva verba.

Ocorre que, de acordo com os documentos contidos nos autos, a incorporação das funções por parte da autora se deu no ano de 1997.

Assim, o exercício de função comissionada se efetivou muito antes de ser criada a GAE (pela Lei n. 11.416 no ano de 2006), não havendo notícia, outrossim, de exercício de função comissionada após a instituição da vantagem, muito menos de percepção cumulada da parcela com remuneração advinda de FC ou cargo em comissão.

A incorporação das funções, sob a forma de VPNI, no patrimônio jurídico da autora como direito adquirido não se confunde, pois, com o efetivo exercício de função comissionada, de forma que a percepção da VPNI em questão não tem o condão de impedir a percepção da GAE, conforme explanado acima.

Desse modo, não havendo impedimento para o acúmulo da VPNI com a GAE, deve prosperar o pedido da autora, pelo que a procedência é medida que se impõe."

Assim, analisando a fundamentação exposta na sentença, entendo que a referida decisão não merece reforma e deve ser mantida em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei nº. 9099/95, *verbis*:

Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença que julgou procedente o pedido formulado na inicial. Condeno a União em honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado, a teor do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.

É como voto.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do relator, que passa a integrar esta decisão.

Além do signatário, participaram do julgamento os Exmos. Srs. Juizes Federais José Eduardo de Melo Vilar Filho e Leopoldo Fontenele Teixeira.

Fortaleza/CE, 14 de fevereiro de 2019.

MARCUS VINÍCIUS PARENTE REBOUÇAS

Juiz Federal Relator

Visualizado/Impresso em 29 de Novembro de 2019 as 11:25:28

**PODER JUDICIÁRIO****INFORMAÇÕES SOBRE ESTE DOCUMENTO NUM. 30**

Nr. do Processo	0520528-39.2018.4.05.8100T	Autor	FRANCISCO DE ASSIS MACHADO COSTA
Data da Inclusão	12/07/2019 17:36:08	Réu	UNIÃO - Procuradoria da União no Ceará - PU/CE
Última alteração	12/07/2019 17:35:31		
Juiz(a) que validou	GUSTAVO MELO BARBOSA (2ª TURMA RECURSAL)		

ADMINISTRATIVO. VPNI DECORRENTE DE QUINTOS ACUMULADOS (LEI 9.527/97). GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA (LEI 11.416/2006). VEDAÇÃO LEGAL À CUMULAÇÃO. AUSÊNCIA DE CONCOMITÂNCIA DO EFETIVO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO COMISSIONADA E DA GRATIFICAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

VOTO

Trata-se de recurso interposto pela União em face de sentença que julgou procedente o pedido para determinar restabelecimento do pagamento da VPNI (Lei n. 9.527/97) nos proventos da parte autora e pagamento **das** diferenças devidamente corrigidos até a data da efetiva implantação, com juros moratórios a contar da citação (nos termos da Lei n. 9.494/97, com alteração pela Lei n. 11.960/09) e correção monetária desde a competência de cada parcela pelo IPCA-E.

Em suas razões, aduz que a Lei n.º 11.416/06 veda a percepção de Gratiificação de Atividade Externa (GAE) com o exercício de cargo em comissão/função comissionada. Pugna pela improcedência e, subsidiariamente, pela aplicação integral da Lei n.º 11.960/09.

É o breve relatório.

É certo que a Lei n.º 11.416/2006 instituidora da Gratificação de Atividade Externa – GAE vedou expressamente a sua percepção por servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão. De igual forma, o art. 28 da Lei n.º 11.416/06 determina a aplicação dos dispositivos daquele diploma legal, no que couber, aos inativos.

Ocorre que, no caso, conforme acertadamente consignou o Juiz sentenciante, a incorporação das funções por parte do autor ocorreu no ano de 1997, ao passo em que a criação da GAE data do ano de 2006. Logo, não há que se falar em concomitância da percepção da função comissionada (geradora da VPNI) e da GAE, **porquanto o efetivo exercício de função comissionada ocorreu muito antes de ser criada a gratificação.**

Analisando a sentença recorrida, constata-se que o Juízo *a quo* formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência.

Por tal razão, valho-me dos fundamentos do julgado monocrático, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95 c/c art. 1º da Lei nº 10.259/2001, *in verbis*:

*“(...) Assim, entendo que o teor da Lei é cristalino quando veda a cumulação da GAE com o **exercício** de função comissionada/cargo em comissão. Do mesmo modo, a Portaria Conjunta, editada para regulamentar a Lei n. 11.416/2006, estabelece a proibição em comento nos casos em que o servidor está em exercício da função comissionada/cargo em comissão.*

Nesse contexto, não há outro limitante para a percepção da GAE: cumpridos os requisitos e não estando o servidor em exercício de função comissionada ou cargo em comissão, poderá receber a gratificação. Caso contrário, não poderá acumular ambas as vantagens, sendo-lhe facultado optar por uma delas.

***No particular**, é de se esclarecer que a transformação dos quintos/décimos incorporados em VPNI não afasta a origem das parcelas; ou seja, a VPNI resultante da transformação de quintos/décimos incorporados, decorre, na verdade, de nomeação e exercício de função gratificada/comissionada que originou o pagamento da respectiva verba.*

Ocorre que, de acordo com os documentos contidos nos autos, a incorporação das funções por parte do autor ocorreu no ano de 1997.

*Assim, o **efetivo exercício de função comissionada** ocorreu **muito antes** de ser criada a GAE (que, como visto, foi criada pela Lei n. 11.416 no ano de 2006). Não há notícia, outrossim, de exercício de função comissionada após a criação da vantagem, muito menos de percepção cumulada da parcela com remuneração advinda de FC ou cargo em comissão.*

A incorporação das funções, sob a forma de VPNI, no patrimônio jurídico do autor como direito adquirido não se confunde, pois, com o efetivo exercício de função comissionada, de forma que a percepção da VPNI em questão não tem o condão de impedir a percepção da GAE, conforme explicado acima.

Desse modo, não havendo impedimento para o acúmulo da VPNI com a GAE, deve prosperar o pedido autoral, pelo que a procedência é medida que se impõe.(...)”

Quanto à aplicação dos índices de juros e correção monetária, pode-se afirmar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIs 4357 e 4425, declarou a inconstitucionalidade por arrastamento do art. 1º-F da Lei n. 9494/97, na redação dada pela Lei n. 11.960/09, apenas em relação à correção monetária, mas não em relação aos juros, que permaneceu o simples no mesmo percentual aplicado nas cadernetas de poupança

Recentemente, no julgamento do RE 870947, em sede de repercussão geral, o STF consolidou o entendimento de que, nas relações jurídicas de caráter não-tributário, deve ser aplicado o IPCA-E como índice de atualização monetária e juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança. A Suprema Corte reconheceu a inconstitucionalidade do art. 1º F da Lei nº. 9.494/95, com a redação dada pela Lei nº. 11.960/09, no que concerne à atualização monetária do débito judicial por considerar que a remuneração oficial da caderneta de poupança (TR) não reflete a real variação de preços da economia. Confirmam-se as teses firmadas no julgado:

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, Ministro Luiz Fux, apreciando o tema 810 da repercussão geral, deu parcial provimento ao recurso para, confirmando, em parte, o acórdão lavrado pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, **(i) assentar a natureza assistencial da relação jurídica em exame (caráter não-tributário) e (ii) manter a concessão de benefício de prestação continuada (Lei nº 8.742/93, art. 20) ao ora recorrido (iii) atualizado monetariamente segundo o IPCA-E desde a data fixada na sentença e (iv) fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de**

poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09. Vencidos, integralmente o Ministro Marco Aurélio, e parcialmente os Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Ao final, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, fixou as seguintes teses, nos termos do voto do Relator: 1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) **O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.** Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 20.9.2017. Publicação DJE 20/11/2017)

Portanto, reconhecida a inconstitucionalidade parcial do art. 1-F, da Lei n. 9494/97, na redação dada pela Lei n. 11.960/09, tão somente no que concerne índice de atualização monetária, o débito judicial deverá ser corrigido monetariamente pelo IPCA-E desde quando devido, e acrescido de juros no mesmo percentual aplicado nas cadernetas de poupança desde a citação.

Por tal razão, não merece acolhida a pretensão deduzida pelo réu no recurso (aplicação integral do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97).

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso para confirmar a sentença que julgou procedente o pedido formulado na inicial.

Condeno o(a) recorrente em honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Têm-se por expressamente prequestionadas todas as questões constitucionais suscitadas, uma vez que, para fins de prequestionamento, é desnecessária a indicação expressa de artigos e parágrafos da Constituição Federal, afigurando-se suficiente sejam as regras neles contidas o fundamento do decisor ou o objeto da discussão, como no caso ora sob exame (AI 522624 AgR, Relator Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ 6.10.2006).

É como voto.

ACÓRDÃO

Decide a Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e manifestações gravadas.

Participaram do julgamento os Exmos. Sres. Juízes Federais Gustavo Melo Barbosa, João Luís Nogueira Matias e Gisele Chaves Sampaio Alcântara.

Fortaleza/CE, 26 de junho de 2019.

GUSTAVO MELO BARBOSA

JUIZ FEDERAL - 1.^a RELATORIA - 2.^a TR/CE

Visualizado/Impresso em 29 de Novembro de 2019 as 11:35:37

**PODER JUDICIÁRIO****INFORMACÕES SOBRE ESTE DOCUMENTO NUM. 29**

Nr. do Processo	0520587-27.2018.4.05.8100S	Autor	OLGA LÚCIA ESPÍNDOLA FREIRE MAIA
Data da Inclusão	22/02/2019 08:29:20	Réu	UNIÃO - Procuradoria da União no Ceará - PU/CE
Última alteração	Libania Thayna Rabelo Saboia às 13/02/2019 11:12:34 GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA (TURMA RECURSAL)		
Juiz(a) que validou			

RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto pela parte ré em face de sentença que determinou o restabelecimento do pagamento da VPNI (Lei n. 9.527/97) nos proventos da parte autora, com o pagamento de parcelas retroativas.

É o breve relatório.

VOTO

Não merece prosperar o recurso.

De fato, é certo que, a teor do art. 16, 2º, da Lei nº 11.416/06, é vedada a percepção da Gratificação de Atividade Externa – GAE pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.

Isto, no entanto, não está a ocorrer *in casu*.

Conforme assinalado pelo douto Magistrado sentenciante, o **efetivo exercício de função comissionada** ocorreu **muito antes** de ser criada a GAE. Assim, a incorporação destas funções, sob a forma de VPNI, no patrimônio jurídico da autora como direito adquirido não se confunde, pois, com o efetivo exercício de função comissionada, de forma que a percepção da VPNI em questão não tem o condão de impedir a percepção da GAE.

Assim, examinando atentamente a sentença recorrida, constato que o Juízo *a quo* formou seu convencimento à luz de uma análise adequada dos fatos, aplicando corretamente as normas de regência. Por tal razão, deve o julgado ser mantido em todos os seus termos e pelos próprios fundamentos, na forma prevista no art. 46 da Lei n.º 9.099/95.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

Tem-se por expressamente prequestionadas todas as questões constitucionais suscitadas, uma vez que, para fins de prequestionamento, é desnecessária a indicação expressa de artigos e parágrafos da Constituição Federal, afigurando-se suficiente sejam as regras neles contidas o fundamento do *decisum* ou o objeto da discussão, como no caso ora sob exame (AI 522624 AgR, Relator Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJ 6.10.2006).

Condenação do recorrente em honorários advocatícios, fixados em 10 % (dez por cento) sobre o valor da condenação (art. 55, da Lei n.º 9.099/95).

É como voto.

ACÓRDÃO

Decide a Segunda Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator e manifestações gravadas.

Participaram do julgamento os Exmos. Srs. Juizes Federais Gustavo Melo Barbosa, Paula Emilia Aragão de Sousa Brasil e Gisele Chaves Sampaio Alcântara.

Fortaleza, 13 de fevereiro de 2019.

GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA

JUÍZA FEDERAL - 3.ª RELATORIA - 2.ª TR/CE

Visualizado/Impresso em 29 de Novembro de 2019 as 11:30:13

**PODER JUDICIÁRIO****INFORMACÕES SOBRE ESTE DOCUMENTO NUM. 16**

Nr. do Processo	0519577-45.2018.4.05.8100T	Autor	CLAUDERLE FATIMA PEREIRA CHAVES
Data da Inclusão	27/11/2018 14:03:26	Réu	UNIÃO - Procuradoria da União no Ceará - PU/CE
Última alteração	14:03:01		
Juiz(a) que validou	JOSÉ MAXIMILIANO MACHADO CAVALCANTI		
Sentença	Tipo: Tipo A - Fundamentação Individualizada		
Decisão de Embargos?	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Sim		

R E L A T Ó R I O

Trata-se de ação cível especial ajuizada por **Clauderle Fátima Pereira Chaves**, em face da **União**, objetivando o restabelecimento da rubrica VPNI decorrente de quintos acumulados (Lei n. 9.527/97), a qual alega ter sido ilegalmente suprimida de seus proventos de aposentadoria.

Em prol de seu pleito, aduz a demandante que é servidora pública federal aposentada, do quadro de pessoal permanente do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região, onde ocupava o cargo de Analista Judiciário/Oficial de Justiça Avaliador Federal. Prosseguindo, salienta que, quando em atividade, teve incorporados 10/10 (dez décimos) da função comissionada de Assistente Administrativo (FC3), por ato emitido em 20/05/1996, ou seja, há mais de 20 (vinte) anos.

Informa, ainda, que a incorporação em questão se deu com fundamento na Lei n.º 8.911, de 1994, e no art. 62, da Lei n.º 8.112/90 (na redação então vigente). Posteriormente, com a entrada em vigor da Lei n.º 9.527/97, que alterou a Lei n.º 8.112, de 1990, para deixar de prever a incorporação, as parcelas incorporadas foram transformadas em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de modo que a incorporação dos quintos/décimos ocorreu há mais de 20 (vinte) anos, sendo que, há quase vinte, percebe tais parcelas na forma de VPNI.

Ainda, em 2006, a Lei n.º 11.416, de 2006, criou a Gratificação de Atividade Judiciária (GAE), devida a todos os ocupantes do cargo de Analista Judiciário, no efetivo exercício de suas atribuições, de modo que passou a receber a Gratificação de Atividade Externa, a partir de dezembro de 2007, cumulativamente com a VPNI oriunda dos quintos/décimos já incorporados. Ou seja: as parcelas foram recebidas, cumulativamente, por quase uma década.

Por fim, relata que em 2016 foi aposentada voluntariamente, através do ATO TRT7ª N° 07/2018, de 24 de Janeiro de 2018, com fundamento nos artigos 3º e parágrafo único e 7º, da Emenda Constitucional n° 47/2005, tendo, portanto, seus proventos integrais e paridade plena. Contudo, ao analisar o ato da sua aposentadoria no Proad n.º 5449/2016, o Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região negou a cumulação da GAE com as parcelas de quintos/décimos incorporadas. Nesse sentido, questiona o ato administrativo, sustentando que, segundo a regra constitucional aplicável à sua aposentadoria, os proventos deveriam ser calculados com base na totalidade da remuneração, composta essa, há quase uma década, pela VPNI cumulada com a GAE.

O réu ofertou contestação em que argüi ausência absoluta de amparo legal para o pagamento cumulativo de quintos/décimos, quando decorrentes do exercício de função comissionada inerente ao cargo efetivo, com a GAE (Gratificação de Atividade Externa), requerendo, assim, a improcedência da ação.

É o relatório. Passo a decidir.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, defiro os benefícios da justiça gratuita.

A Gratificação de Atividade Externa – GAE foi instituída pela Lei n. 11.416/2006, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, nos seguintes termos:

Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa – GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão".

De acordo com o dispositivo acima, restou explicitamente vedada a percepção da GAE por servidor designado para o **exercício** de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão. Dessa forma, os servidores da ativa não poderiam cumular a referida vantagem com outra gratificação oriunda do efetivo exercício de função comissionada ou cargo em comissão. O art. 28 da Lei n. 11.416/06 determina a aplicação dos dispositivos daquele diploma legal, **no que couber**, aos inativos.

Também a Portaria Conjunta n. 1, de 07/03/2007, de 7 de março de 2007, do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, vedou a recepção da GAE concomitantemente com o **exercício** de função comissionada ou cargo em comissão, facultando a opção por uma ou outra:

"Anexo II

*Art. 3º - É vedada a percepção da gratificação de que trata este ato por **servidor em exercício de função comissionada ou de cargo em comissão**.*

*§ 1º - Ao servidor que se **encontrar em exercício** de função comissionada destinada, pelos órgãos do Poder Judiciário da União, especificamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário descrito no art. 1º, será facultado optar pela percepção da GAE ou da função comissionada até que seja integralizado o vencimento básico previsto no Anexo IX da Lei nº 11.416/2006, sem prejuízo das atribuições relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa".*

Assim, entendo que o teor da Lei é cristalino quando veda a cumulação da GAE com o **exercício** de função comissionada/cargo em comissão. Do mesmo modo, a Portaria Conjunta, editada para regulamentar a Lei n. 11.416/2006, estabelece a proibição em comento nos casos em que o servidor está em exercício da função comissionada/cargo em comissão.

Nesse contexto, não há outro limitante para a percepção da GAE: cumpridos os requisitos e não estando o servidor em exercício de função comissionada ou cargo em comissão, poderá receber a gratificação. Caso contrário, não poderá acumular ambas as vantagens, sendo-lhe facultado optar por uma delas.

No particular, é de se esclarecer que a transformação dos quintos/décimos incorporados em VPNI não afasta a origem das parcelas; ou seja, a VPNI resultante da transformação de quintos/décimos incorporados, decorre, na verdade, de nomeação e exercício de função gratificada/comissionada que originou o pagamento da respectiva verba.

Ocorre que, de acordo com os documentos contidos nos autos, a incorporação das funções por parte da autora se deu no ano de 1997.

Assim, o **exercício de função comissionada se efetivou muito antes** de ser criada a GAE (pela Lei n. 11.416 no ano de 2006), não havendo notícia, outrossim, de exercício de função comissionada após a instituição da vantagem, muito menos de percepção cumulada da parcela com remuneração advinda de FC ou cargo em comissão.

A incorporação das funções, sob a forma de VPNI, no patrimônio jurídico da autora como direito adquirido não se confunde, pois, com o efetivo exercício de função comissionada, de forma que a percepção da VPNI em questão não tem o condão de impedir a percepção da GAE, conforme explanado acima.

Desse modo, não havendo impedimento para o acúmulo da VPNI com a GAE, deve prosperar o pedido da autora, pelo que a procedência é medida que se impõe.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido da parte autora, para condenar a União: **a) IMPLANTAR/REESTABELECER** (obrigação de fazer) o pagamento da VPNI (Lei n. 9.527/97) nos proventos da parte autora; e **b) PAGAR** as diferenças devidas à autora em virtude da condenação na obrigação de fazer imposta no item a) acima, até a data da efetiva implantação, com juros moratórios a contar da citação (nos termos da Lei n. 9.494/97, com alteração pela Lei n. 11.960/09) e correção monetária desde a competência de cada parcela pelo IPCA-E (STJ, REsp. n. 1.492.221, 22/2/2018).

A execução está limitada à alçada dos juizados especiais federais, considerando a soma das parcelas vencidas com doze vincendas.

Sem custas e honorários advocatícios (art. 1º da Lei n. 10.259/01 c/c art. 55 da Lei n. 9.099/95).

Publique-se e intime-se, observadas as disposições da Lei nº. 10.259/2001 e os normativos deste juízo.

No caso de interposição de recurso inominado, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões, movimentando-se os autos imediatamente à Turma Recursal.

Data supra

José Maximiliano Machado Cavalcanti

Juiz Federal da 28ª Vara

Visualizado/Impresso em 29 de Novembro de 2019 as 11:24:52

**PODER JUDICIÁRIO****INFORMACÕES SOBRE ESTE DOCUMENTO NUM. 26**

Nr. do Processo	0520528-39.2018.4.05.8100T	Autor	FRANCISCO DE ASSIS MACHADO COSTA
Data da Inclusão	18/12/2018 09:22:33	Réu	UNIÃO - Procuradoria da União no Ceará - PU/CE
Última alteração	09:22:19		
Juiz(a) que validou	JOSÉ MAXIMILIANO MACHADO CAVALCANTI		
Sentença	Tipo: Tipo A - Fundamentação Individualizada		
Decisão de Embargos?	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Sim		

R E L A T Ó R I O

Trata-se de ação cível especial ajuizada por **Francisco de Assis Machado Costa**, em face da **União**, objetivando o restabelecimento da rubrica VPNI decorrente de quintos acumulados (Lei n. 9.527/97), a qual alega ter sido ilegalmente suprimida de seus proventos de aposentadoria.

Em prol de seu pleito, aduz o autor que é servidor público federal aposentado, do quadro de pessoal permanente do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região, onde ocupava o cargo de Analista Judiciário/Oficial de Justiça Avaliador Federal e teve incorporados 10/10 (dez décimos) da função comissionada de Assistente Administrativo (FC3), por ato emitido em 20/05/1996, ou seja, há mais de 20 (vinte) anos.

Informa que a incorporação em questão foi realizada com fundamento na Lei n.º 8.911, de 1994, e no art. 62, da Lei n.º 8.112/90 (na redação então vigente). Posteriormente, com a entrada em vigor da Lei n.º 9.527/97, que alterou a Lei n.º 8.112, de 1990, para deixar de prever a incorporação, as parcelas incorporadas foram transformadas em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI). Ou seja: a incorporação dos quintos/décimos ocorreu há mais de 20 (vinte) anos, sendo que, há quase vinte, a Demandante percebe tais parcelas na forma de VPNI.

Ainda, em 2006, a Lei n.º 11.416, de 2006, criou a Gratificação de Atividade Judiciária (GAE), devida a todos os ocupantes do cargo de Analista Judiciário, no efetivo exercício de suas atribuições, de modo que a promovente passou a receber a Gratificação de Atividade Externa, a partir de dezembro de 2007 cumulativamente com a VPNI oriunda dos quintos/décimos já incorporados. Ou seja: as parcelas foram recebidas, cumulativamente, por quase uma década.

Prosseguindo, assevera que em 2016 foi aposentado voluntariamente, através do ATO TRT7ª Nº 07/2018, de 24 de Janeiro de 2018, com fundamento nos artigos 3º e parágrafo único e 7º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, tendo, portanto, seus proventos integrais e paridade plena. Contudo, ao analisar o ato de aposentadoria da Autora, no Proad n.º 4863/2016, o Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região negou a cumulação da GAE com as parcelas de quintos/décimos incorporadas.

A ré ofertou contestação em que argüi ausência absoluta de amparo legal para o pagamento cumulativo de quintos, quando decorrentes do exercício de função comissionada inerente ao cargo efetivo, com a GAE (Gratificação de Atividade Externa), requerendo, assim, a improcedência da ação.

FUNDAMENTAÇÃO

A Gratificação de Atividade Externa – GAE foi instituída pela Lei n. 11.416/2006, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, nos seguintes termos:

Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa – GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.

De acordo com o dispositivo acima, restou explicitamente vedada a percepção da GAE por servidor designado para o **exercício** de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão. Dessa forma, os servidores da ativa não poderiam cumular a referida vantagem com outra gratificação oriunda do efetivo exercício de função comissionada ou cargo em comissão.

O art. 28 da Lei n. 11.416/06 determina a aplicação dos dispositivos daquele diploma legal, **no que couber**, aos inativos.

Também a Portaria Conjunta n. 1, de 07/03/2007, de 7 de março de 2007, do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, vedou a recepção da GAE concomitantemente com o **exercício** de função comissionada ou cargo em comissão, facultando a opção por uma ou outra pelo servidor:

"Anexo II

*Art. 3º - É vedada a percepção da gratificação de que trata este ato por **servidor em exercício de função comissionada ou de cargo em comissão**.*

*§ 1º - Ao servidor que se **encontrar em exercício** de função comissionada destinada, pelos órgãos do Poder Judiciário da União, especificamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário descrito no art. 1º, será facultado optar pela percepção da GAE ou da função comissionada até que seja integralizado o vencimento básico previsto no Anexo IX da Lei nº 11.416/2006, sem prejuízo das atribuições relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa".*

Assim, entendo que o teor da Lei é cristalino quando veda a cumulação da GAE com o **exercício** de função comissionada/cargo em comissão. Do mesmo modo, a Portaria Conjunta, editada para regulamentar a Lei n. 11.416/2006, estabelece a proibição em comento nos casos em que o servidor está em exercício da função comissionada/cargo em comissão.

Nesse contexto, não há outro limitante para a percepção da GAE: cumpridos os requisitos e não estando o servidor em exercício de função comissionada ou cargo em comissão, poderá receber a gratificação. Caso contrário, não poderá acumular ambas as vantagens, sendo-lhe facultado optar por uma delas.

No particular, é de se esclarecer que a transformação dos quintos/décimos incorporados em VPNI não afasta a origem das parcelas; ou seja, a VPNI resultante da transformação de quintos/décimos incorporados, decorre, na verdade, de nomeação e exercício de função gratificada/comissionada que originou o pagamento da respectiva verba.

Ocorre que, de acordo com os documentos contidos nos autos, a incorporação das funções por parte do autor ocorreu no ano de 1997.

Assim, o **efetivo exercício de função comissionada** ocorreu **muito antes** de ser criada a GAE (que, como visto, foi criada pela Lei n. 11.416 no ano de 2006). Não há notícia, outrossim, de exercício de função comissionada após a criação da vantagem, muito menos de percepção cumulada da parcela com remuneração advinda de FC ou cargo em comissão.

A incorporação das funções, sob a forma de VPNI, no patrimônio jurídico do autor como direito adquirido não se confunde, pois, com o efetivo exercício de função comissionada, de forma que a percepção da VPNI em questão não tem o condão de impedir a percepção da GAE, conforme explanado acima.

Desse modo, não havendo impedimento para o acúmulo da VPNI com a GAE, deve prosperar o pedido autoral, pelo que a procedência é medida que se impõe.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido da parte autora, para condenar a União: **a) IMPLANTAR/REESTABELECER** (obrigação de fazer) o pagamento da VPNI (Lei n. 9.527/97) nos proventos da parte autora; e **b) PAGAR** as diferenças devidas à autora em virtude da condenação na obrigação de fazer imposta no item a) acima, até a data da efetiva implantação, com juros moratórios a contar da citação (nos termos da Lei n. 9.494/97, com alteração pela Lei n. 11.960/09) e correção monetária desde a competência de cada parcela pelo IPCA-E (STJ, REsp. n. 1.492.221, 22/2/2018).

Sem custas e honorários advocatícios (art. 1º da Lei n. 10.259/01 c/c art. 55 da Lei n. 9.099/95).

Publique-se e intimem-se, observadas as disposições da Lei nº. 10.259/2001 e os normativos deste juízo.

No caso de interposição de recurso inominado, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões, movimentando-se os autos imediatamente à Turma Recursal.

Data supra

José Maximiliano Machado Cavalcanti

Juiz Federal da 28ª Vara

Visualizado/Impresso em 29 de Novembro de 2019 as 11:34:51

**PODER JUDICIÁRIO****INFORMACÕES SOBRE ESTE DOCUMENTO NUM. 25**

Nr. do Processo	0520587-27.2018.4.05.8100S	Autor	OLGA LÚCIA ESPÍNDOLA FREIRE MAIA
Data da Inclusão	24/10/2018 20:20:32	Réu	UNIÃO - Procuradoria da União no Ceará - PU/CE
Última alteração	ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI SILVEIRA às 24/10/2018 20:20:23		
Juiz(a) que validou	ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI SILVEIRA		
Sentença	Tipo: Tipo A - Fundamentação Individualizada Decisão: Procedente		
Decisão de Embargos?	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Sim		

SENTENÇA

Trata-se de ação cível especial ajuizada por OLGA LÚCIA ESPÍNDOLA FREIRE MAIA em face da UNIÃO, objetivando o restabelecimento da rubrica VPNI decorrente de quintos acumulados (Lei n. 9.527/97), a qual alega ter sido ilegalmente suprimida de seus proventos de aposentadoria.

Dispensado o relatório, passo à fundamentação e posterior decisão.

FUNDAMENTAÇÃO

A Gratificação de Atividade Externa – GAE foi instituída pela Lei n. 11.416/2006, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, nos seguintes termos:

Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa – GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.

De acordo com o dispositivo acima, restou explicitamente vedada a percepção da GAE por servidor designado para o **exercício** de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão. Dessa forma, os servidores da ativa não poderiam cumular a referida vantagem com outra gratificação oriunda do efetivo exercício de função comissionada ou cargo em comissão.

O art. 28 da Lei n. 11.416/06 determina a aplicação dos dispositivos daquele diploma legal, **no que couber**, aos inativos.

Também a Portaria Conjunta n. 1, de 07/03/2007, de 7 de março de 2007, do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores e do

Tribunal de Justiça do Distrito Federal, vedou a recepção da GAE concomitantemente com o **exercício** de função comissionada ou cargo em comissão, facultando a opção por uma ou outra pelo servidor:

Anexo II

Art. 3º - É vedada a percepção da gratificação de que trata este ato por **servidor em exercício de função comissionada ou de cargo em comissão**.

§ 1º - Ao servidor que se **encontrar em exercício** de função comissionada destinada, pelos órgãos do Poder Judiciário da União, especificamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário descrito no art. 1º, será facultado optar pela percepção da GAE ou da função comissionada até que seja integralizado o vencimento básico previsto no Anexo IX da Lei nº 11.416/2006, sem prejuízo das atribuições relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa.

Assim, entendo que o teor da Lei é cristalino quando veda a cumulação da GAE com o **exercício** de função comissionada/cargo em comissão. Do mesmo modo, a Portaria Conjunta, editada para regulamentar a Lei n. 11.416/2006, estabelece a proibição em comento nos casos em que o servidor está em exercício da função comissionada/cargo em comissão.

Nesse contexto, não há outro limitante para a percepção da GAE: cumpridos os requisitos e não estando o servidor em exercício de função comissionada ou cargo em comissão, poderá receber a gratificação. Caso contrário, não poderá acumular ambas as vantagens, sendo-lhe facultado optar por uma delas.

No caso dos autos, é de se esclarecer que a transformação dos quintos/décimos incorporados em VPNI não afasta a origem das parcelas; ou seja, a VPNI resultante da transformação de quintos/décimos incorporados, decorre, na verdade, de nomeação e exercício de função gratificada/comissionada que originou o pagamento da respectiva verba.

Ocorre que, de acordo com os documentos contidos nos autos, a incorporação das funções por parte da autora ocorreu nos anos de 1997, 1998 e 1999 (v. anexos 4, p. 11, e 5, p. 1/2).

Assim, o **efetivo exercício de função comissionada** ocorreu **muito antes** de ser criada a GAE (que, como visto, foi criada pela Lei n. 11.416 no ano de 2006). Não há notícia, outrossim, de exercício de função comissionada após a criação da vantagem, muito menos de percepção cumulada da parcela com remuneração advinda de FC ou cargo em comissão.

A incorporação das funções, sob a forma de VPNI, no patrimônio jurídico da autora como direito adquirido não se confunde, pois, com o efetivo exercício de função comissionada, de forma que a percepção da VPNI em questão não tem o condão de impedir a percepção da GAE, conforme explanado acima.

Desse modo, não havendo impedimento para o acúmulo da VPNI com a GAE, deve prosperar o pedido da autora, pelo que a procedência é medida que se impõe.

Do pedido de gratuidade judiciária.

No que se refere ao pedido de gratuidade judiciária, verifica-se que a parte autora não atende aos requisitos constantes no art. 98 do NCPC, estando em condições de arcar com tais despesas.

Com efeito, nos autos há elementos que obnubilam a presunção estabelecida na referida lei como advinda da simples declaração de necessidade, quais sejam: comprovantes de rendimentos que denotam a percepção, em maio/2018, de sustento mensal superior a 10 (dez) salários mínimos (v. anexo 18, p.1), patamar eleito como razoável pela jurisprudência pátria a que me curvo (TRF-5, Impugnação à Assistência Judiciária n. 0804924-54.2014.4.05.0000, Pleno, Julgamento em 27/05/2015 - PJE).

Dessa forma, **INDEFIRO o pedido de justiça gratuita formulado**, pelo que, caso haja recurso desta sentença por quem não for titular de isenção legal, deve vir ele acompanhado do pagamento das custas recursais.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido da parte autora, para condenar a União a:

- a) **IMPLANTAR/RESTABELECER** (obrigação de fazer) o pagamento da VPNI (Lei n. 9.527/97) nos proventos da parte autora; e
- b) **PAGAR** as diferenças devidas à autora em virtude da condenação na obrigação de fazer imposta no item a) acima, até a data da efetiva implantação, com juros moratórios a contar da citação (nos termos da Lei n. 9.494/97, com alteração pela Lei n. 11.960/09) e correção monetária desde a competência de cada parcela pelo IPCA-E (STJ, REsp. n. 1.492.221, 22/2/2018).

Sem custas e honorários advocatícios (art. 1º da Lei n. 10.259/01 c/c art. 55 da Lei n. 9.099/95).

Indefiro o pedido de gratuidade judiciária.

Após o trânsito em julgado, expeça-se a requisição de pagamento.

P. R. I.

Fortaleza/CE, data supra.



Número: **1013833-87.2020.4.01.3400**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **11/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 40.121,16**

Assuntos: **Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI, Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
HENRY SERRA (AUTOR)		THIAGO MORAES MARSIGLIA (ADVOGADO)	
UNIÃO FEDERAL (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22644 9389	29/04/2020 17:50	Sentença Tipo A	Sentença Tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
6ª Vara Federal Cível da SJDF

SENTENÇA TIPO "A"

PROCESSO: 1013833-87.2020.4.01.3400

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: HENRY SERRA

Advogado do(a) AUTOR: THIAGO MORAES MARSIGLIA - MS15551

RÉU: UNIÃO FEDERAL

SENTENÇA

1 – RELATÓRIO

Trata-se de ação proposta pelo rito ordinário, com pedido de tutela, ajuizada objetivando “3.1 – declarar, em definitivo, o direito do autor à manutenção de acumulação da VPNI, decorrente da incorporação dos quintos, com a GAE, haja vista que tal situação perdura há mais de 5 (cinco) anos, conforme cabalmente demonstrado, sendo inequívoca a constatação da decadência do direito do requerido ao exercício do poder/dever da autotutela; 3.2 – consequentemente, anular o ato administrativo que determinou o corte da VPNI, decorrente da incorporação dos quintos, eis que o ato em questão violou, a um só tempo, as garantias fundamentais ao contraditório e da ampla defesa, bem como os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança; 3.3 – condenar o requerido, em definitivo, ao restabelecimento do pagamento cumulado da VPNI com a GAE, bem como ao pagamento dos valores retroativos devidos em razão do direito declarado, acrescido de juros de mora e correção monetária, nos termos da Lei;”

Em resumo, alega ser Oficial de Justiça Avaliador Federal e que, durante seu período de atividade, recebeu, de forma cumulativa e por lapso temporal superior a 5 (cinco) anos, a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), oriunda da incorporação dos quintos pelo exercício de FC-5, e a Gratificação de Atividade Externa - GAE pelo cargo que exercia, prevista



na Lei no 11.416, de 2006.

Alega, porém, que o Tribunal Regional do Trabalho da 24a Região, seguindo posicionamento do TCU, cortou dita verba, violando os princípios da legalidade, do contraditório e a ampla defesa e da segurança jurídica.

O pedido liminar/de tutela foi indeferido na decisão à ID nº 2034944, embargado pela parte requerente.

Citada, a parte requerida ofereceu contestação à ID nº 222289931, impugnando o mérito.

Relatei.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Observo que já foi apresentada contestação e que o caso trata predominantemente de matéria de direito, sem se impôr a análise de qualquer questão preliminar. Quanto à matéria fática, os documentos acostados são suficientes para a solução do litígio. Não há necessidade de mais provas.

Assim, impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil de 2015.

No mérito, o pedido é procedente.

O acúmulo das duas rubricas era, de fato, ilegal.

O art. 16, §2º, da Lei nº 11.416/2006 prevê o seguinte:

Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa – GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.

Em regulamentação ao dispositivo legal, foi editada a Portaria Conjunta nº 01, de 07.03.2007, dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, cujo anexo II assim dispõe:

Art. 1º - A concessão da Gratificação de Atividade Externa - GAE, devida exclusivamente ao servidor ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Execução de Mandados das carreiras do Poder Judiciário da União, observará os critérios e procedimentos estabelecidos neste ato.

Art. 2º - A Gratificação de Atividade Externa será paga, quando for o caso, cumulativamente com a indenização de transporte devida ao servidor.

Art. 3º - É vedada a percepção da gratificação de que trata este ato por servidor em



exercício de função comissionada ou de cargo em comissão.

§ 1º - Ao servidor que se encontrar em exercício de função comissionada destinada, pelos órgãos do Poder Judiciário da União, especificamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário descrito no art. 1º, será facultado optar pela percepção da GAE ou da função comissionada até que seja integralizado o vencimento básico previsto no [Anexo IX](#) da Lei nº 11.416/2006, sem prejuízo das atribuições relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa.

§ 2º - Os efeitos financeiros da opção de que trata o parágrafo anterior serão retroativos a 1º de junho de 2006, se for o caso.

Art. 4º - A gratificação integrará a remuneração contributiva utilizada para cálculo dos proventos de aposentadoria, nos termos do § 3º do [art. 40](#) da Constituição Federal, bem como os proventos de aposentadoria e benefícios de pensão, amparados pelo art. 7º da [Emenda Constitucional nº 41](#), de 31 de dezembro de 2003 e no parágrafo único do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 6 de julho de 2005.

Art. 5º - Ao Analista Judiciário, Área Judiciária, Execução de Mandados, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios é devida a GAE a partir de 15 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. Ao servidor de que trata o caput deste artigo não é devida a GAE no período de 1º de junho a 14 de dezembro de 2006, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.417, de 5 de abril de 2002.

Como se nota dos dispositivos transcritos, veda-se o pagamento da GAE aos servidores designados para o exercício de função de confiança ou nomeados para cargo comissionado.

A restrição é legítima porque se pressupõe que os servidores ocupantes de funções de confiança ou de cargos comissionados não desempenham efetivamente atividades de natureza externa, ainda que suas funções de alguma forma estejam relacionadas a esta.

A disposição não viola o princípio da razoabilidade, nem fere a isonomia porque, a acolher a tese autoral, os servidores ocupantes de funções e cargos comissionados receberiam verba remuneratória destinada a apenas quem de fato exerce atribuições externas, em evidente desvirtuamento da natureza da gratificação.

No sentido da fundamentação que se vem de expor (impossibilidade de se acumular a GAE com função comissionada ou cargo em comissão), confira-se o seguinte julgado recente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA (GAE). CUMULAÇÃO COM FUNÇÃO COMISSIONADA OU CARGO EM COMISSÃO E VPNI. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. A Lei n. 11.416, de 2006, veda, em seu art. 16 no § 2º, a percepção da gratificação pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão, o que significa dizer que os servidores da ativa não poderiam cumular a GAE com outra gratificação. 2. A Portaria Conjunta n. 01, de 7 de março de 2007, do Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Tribunais Superiores e Tribunal de Justiça do Distrito Federal, também vedou a percepção da GAE concomitantemente com função comissionada ou cargo em comissão, facultando a opção por



uma ou por outra pelo servidor. 3. Já estando a Função Comissionada ou o Cargo em Comissão (FC/CJ) integrada aos vencimentos do servidor, não é possível a efetivação da opção prevista na referida Portaria Conjunta n. 01, por isso que a GAE é inacumulável com o exercício da FC/CJ. 4. Apelação NÃO PROVIDA.

(AC 0025546-28.2010.4.01.3400, DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA, TRF1 - SEGUNDA TURMA, e-DJF1 11/12/2019 PAG.)

Contudo, o recebimento dessas verbas está protegida pela segurança jurídica, e as conclusões acima assinaladas deveriam ter sido aventadas no prazo decadencial.

Como já assinalado, os quintos incorporados, transformados em VPNI, e a GAE são pagos, cumulativamente, há mais de 5 (cinco) anos, de forma contínua e ininterrupta, desde a edição da Lei 11.416, de 2006.

Nada impedia que a Administração Pública exercesse a autotutela, desde que no prazo decadencial previsto no parágrafo primeiro do artigo 54 da Lei 9.784/1999:

'Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.'

Em casos tais, o TCU por vezes argumenta que não há decadência, pedindo que se aceite sua jurisprudência administrativa, segundo a qual, *"ao ser aplicado o disposto no art. 54 da Lei 9.784/1999 aos atos de aposentadoria e pensão, o prazo decadencial somente é contado a partir do registro pelo TCU, e não da concessão administrativa dos benefícios, em razão de tais atos serem complexos, somente aperfeiçoados quando de seu registro pelo Tribunal"* (enunciado do acórdão 1.428/2016 - 2ª Câmara).

Contudo, aqui não estamos tratando do ato complexo que é a aposentadoria e não há causa para interrupção do prazo decadencial. De fato, ainda que a revisão pudesse ser levada a cabo, dado que se passaram mais de cinco anos da implementação, precisaria ser franqueada defesa administrativa à parte requerente, com respeito ao contraditório e à ampla defesa.

Acerca da decadência, portanto, acompanho a jurisprudência do STF:

'MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ANULAÇÃO DE ASCENSÕES FUNCIONAIS CONCEDIDAS AOS EMPREGADOS DA ECT. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVER A LEGALIDADE DAS ASCENSÕES. NECESSIDADE DE AS PARTES ATINGIDAS PELO ATO COATOR INTEGRAREM A LIDE. 1. Decadência do direito de a Administração Pública rever a legalidade dos atos de ascensão funcional dos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, praticados entre 1993 e 1995 (Art. 54 da Lei 9.784/1999). 2. Direito ao contraditório e à ampla defesa a ser garantido aos beneficiários de atos administrativos inerentes à sua condição funcional para a validade de decisões do Tribunal de



Contas da União que importem em sua anulação ou revogação. Súmula Vinculante n. 3. Precedentes. 3. Mandado de segurança concedido. (MS 26393, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 29/10/2009, Die-030)'

Portanto, o pedido é procedente.

3 – DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido formulado na Inicial e declaro extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil de 2015.

Declaro o direito do autor à manutenção de acumulação da VPNI, decorrente da incorporação dos quintos, com a GAE, haja vista que tal situação perdura há mais de 5 (cinco) anos.

Anulo o ato administrativo que determinou o corte da VPNI, decorrente da incorporação dos quintos.

Condeno a União Federal ao restabelecimento do pagamento cumulado da VPNI com a GAE, bem como ao pagamento dos valores retroativos devidos em razão do direito declarado, acrescido de juros de mora e correção monetária, nos termos da Lei.

Defiro a tutela, determinando o restabelecimento do pagamento cumulado da VPNI com a GAE, por verificar os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015. Entrementes, **rejeito** os retro Embargos Declaratórios da parte, que excedem o escopo do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Com a vênia do §8º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, **condeno** a parte sucumbente ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo equitativamente em R\$5.000,00 (Cinco mil reais), tendo em vista os incisos III e IV do §2º do Art. 85 do Código de Processo Civil de 2015 (a natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço), em lugar de percentagem sobre o valor da causa como apresentado pela parte requerente.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Arquivem-se oportunamente.

Sentença sujeita ao reexame necessário (art. 496, I, do Código de Processo Civil de 2015).

Brasília, .

(assinado eletronicamente)

MANOEL PEDRO MARTINS DE CASTRO FILHO

Juiz Federal Substituto da 6ª Vara, SJ/DF





Número: **1013833-87.2020.4.01.3400**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **11/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 40.121,16**

Assuntos: **Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI, Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
HENRY SERRA (AUTOR)		THIAGO MORAES MARSIGLIA (ADVOGADO)	
UNIÃO FEDERAL (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22644 9389	29/04/2020 17:50	Sentença Tipo A	Sentença Tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
6ª Vara Federal Cível da SJDF

SENTENÇA TIPO "A"

PROCESSO: 1013833-87.2020.4.01.3400

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: HENRY SERRA

Advogado do(a) AUTOR: THIAGO MORAES MARSIGLIA - MS15551

RÉU: UNIÃO FEDERAL

SENTENÇA

1 – RELATÓRIO

Trata-se de ação proposta pelo rito ordinário, com pedido de tutela, ajuizada objetivando “3.1 – declarar, em definitivo, o direito do autor à manutenção de acumulação da VPNI, decorrente da incorporação dos quintos, com a GAE, haja vista que tal situação perdura há mais de 5 (cinco) anos, conforme cabalmente demonstrado, sendo inequívoca a constatação da decadência do direito do requerido ao exercício do poder/dever da autotutela; 3.2 – consequentemente, anular o ato administrativo que determinou o corte da VPNI, decorrente da incorporação dos quintos, eis que o ato em questão violou, a um só tempo, as garantias fundamentais ao contraditório e da ampla defesa, bem como os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança; 3.3 – condenar o requerido, em definitivo, ao restabelecimento do pagamento cumulado da VPNI com a GAE, bem como ao pagamento dos valores retroativos devidos em razão do direito declarado, acrescido de juros de mora e correção monetária, nos termos da Lei;”

Em resumo, alega ser Oficial de Justiça Avaliador Federal e que, durante seu período de atividade, recebeu, de forma cumulativa e por lapso temporal superior a 5 (cinco) anos, a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), oriunda da incorporação dos quintos pelo exercício de FC-5, e a Gratificação de Atividade Externa - GAE pelo cargo que exercia, prevista



na Lei no 11.416, de 2006.

Alega, porém, que o Tribunal Regional do Trabalho da 24a Região, seguindo posicionamento do TCU, cortou dita verba, violando os princípios da legalidade, do contraditório e a ampla defesa e da segurança jurídica.

O pedido liminar/de tutela foi indeferido na decisão à ID nº 2034944, embargado pela parte requerente.

Citada, a parte requerida ofereceu contestação à ID nº 222289931, impugnando o mérito.

Relatei.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

Observo que já foi apresentada contestação e que o caso trata predominantemente de matéria de direito, sem se impôr a análise de qualquer questão preliminar. Quanto à matéria fática, os documentos acostados são suficientes para a solução do litígio. Não há necessidade de mais provas.

Assim, impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil de 2015.

No mérito, o pedido é procedente.

O acúmulo das duas rubricas era, de fato, ilegal.

O art. 16, §2º, da Lei nº 11.416/2006 prevê o seguinte:

Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa – GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.

Em regulamentação ao dispositivo legal, foi editada a Portaria Conjunta nº 01, de 07.03.2007, dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, dos Tribunais Superiores, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, cujo anexo II assim dispõe:

Art. 1º - A concessão da Gratificação de Atividade Externa - GAE, devida exclusivamente ao servidor ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Execução de Mandados das carreiras do Poder Judiciário da União, observará os critérios e procedimentos estabelecidos neste ato.

Art. 2º - A Gratificação de Atividade Externa será paga, quando for o caso, cumulativamente com a indenização de transporte devida ao servidor.

Art. 3º - É vedada a percepção da gratificação de que trata este ato por servidor em



exercício de função comissionada ou de cargo em comissão.

§ 1º - Ao servidor que se encontrar em exercício de função comissionada destinada, pelos órgãos do Poder Judiciário da União, especificamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário descrito no art. 1º, será facultado optar pela percepção da GAE ou da função comissionada até que seja integralizado o vencimento básico previsto no [Anexo IX](#) da Lei nº 11.416/2006, sem prejuízo das atribuições relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa.

§ 2º - Os efeitos financeiros da opção de que trata o parágrafo anterior serão retroativos a 1º de junho de 2006, se for o caso.

Art. 4º - A gratificação integrará a remuneração contributiva utilizada para cálculo dos proventos de aposentadoria, nos termos do § 3º do [art. 40](#) da Constituição Federal, bem como os proventos de aposentadoria e benefícios de pensão, amparados pelo art. 7º da [Emenda Constitucional nº 41](#), de 31 de dezembro de 2003 e no parágrafo único do art. 3º da [Emenda Constitucional nº 47](#), de 6 de julho de 2005.

Art. 5º - Ao Analista Judiciário, Área Judiciária, Execução de Mandados, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios é devida a GAE a partir de 15 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. Ao servidor de que trata o caput deste artigo não é devida a GAE no período de 1º de junho a 14 de dezembro de 2006, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.417, de 5 de abril de 2002.

Como se nota dos dispositivos transcritos, veda-se o pagamento da GAE aos servidores designados para o exercício de função de confiança ou nomeados para cargo comissionado.

A restrição é legítima porque se pressupõe que os servidores ocupantes de funções de confiança ou de cargos comissionados não desempenham efetivamente atividades de natureza externa, ainda que suas funções de alguma forma estejam relacionadas a esta.

A disposição não viola o princípio da razoabilidade, nem fere a isonomia porque, a acolher a tese autoral, os servidores ocupantes de funções e cargos comissionados receberiam verba remuneratória destinada a apenas quem de fato exerce atribuições externas, em evidente desvirtuamento da natureza da gratificação.

No sentido da fundamentação que se vem de expor (impossibilidade de se acumular a GAE com função comissionada ou cargo em comissão), confira-se o seguinte julgado recente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA (GAE). CUMULAÇÃO COM FUNÇÃO COMISSIONADA OU CARGO EM COMISSÃO E VPNI. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 1. A Lei n. 11.416, de 2006, veda, em seu art. 16 no § 2º, a percepção da gratificação pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão, o que significa dizer que os servidores da ativa não poderiam cumular a GAE com outra gratificação. 2. A Portaria Conjunta n. 01, de 7 de março de 2007, do Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Tribunais Superiores e Tribunal de Justiça do Distrito Federal, também vedou a percepção da GAE concomitantemente com função comissionada ou cargo em comissão, facultando a opção por



uma ou por outra pelo servidor. 3. Já estando a Função Comissionada ou o Cargo em Comissão (FC/CJ) integrada aos vencimentos do servidor, não é possível a efetivação da opção prevista na referida Portaria Conjunta n. 01, por isso que a GAE é inacumulável com o exercício da FC/CJ. 4. Apelação NÃO PROVIDA.

(AC 0025546-28.2010.4.01.3400, DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO NEVES DA CUNHA, TRF1 - SEGUNDA TURMA, e-DJF1 11/12/2019 PAG.)

Contudo, o recebimento dessas verbas está protegida pela segurança jurídica, e as conclusões acima assinaladas deveriam ter sido aventadas no prazo decadencial.

Como já assinalado, os quintos incorporados, transformados em VPNI, e a GAE são pagos, cumulativamente, há mais de 5 (cinco) anos, de forma contínua e ininterrupta, desde a edição da Lei 11.416, de 2006.

Nada impedia que a Administração Pública exercesse a autotutela, desde que no prazo decadencial previsto no parágrafo primeiro do artigo 54 da Lei 9.784/1999:

‘Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.’

Em casos tais, o TCU por vezes argumenta que não há decadência, pedindo que se aceite sua jurisprudência administrativa, segundo a qual, *“ao ser aplicado o disposto no art. 54 da Lei 9.784/1999 aos atos de aposentadoria e pensão, o prazo decadencial somente é contado a partir do registro pelo TCU, e não da concessão administrativa dos benefícios, em razão de tais atos serem complexos, somente aperfeiçoados quando de seu registro pelo Tribunal”* (enunciado do acórdão 1.428/2016 - 2ª Câmara).

Contudo, aqui não estamos tratando do ato complexo que é a aposentadoria e não há causa para interrupção do prazo decadencial. De fato, ainda que a revisão pudesse ser levada a cabo, dado que se passaram mais de cinco anos da implementação, precisaria ser franqueada defesa administrativa à parte requerente, com respeito ao contraditório e à ampla defesa.

Acerca da decadência, portanto, acompanho a jurisprudência do STF:

‘MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ANULAÇÃO DE ASCENSÕES FUNCIONAIS CONCEDIDAS AOS EMPREGADOS DA ECT. DECADÊNCIA DO DIREITO DE REVER A LEGALIDADE DAS ASCENSÕES. NECESSIDADE DE AS PARTES ATINGIDAS PELO ATO COATOR INTEGRAREM A LIDE. 1. Decadência do direito de a Administração Pública rever a legalidade dos atos de ascensão funcional dos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, praticados entre 1993 e 1995 (Art. 54 da Lei 9.784/1999). 2. Direito ao contraditório e à ampla defesa a ser garantido aos beneficiários de atos administrativos inerentes à sua condição funcional para a validade de decisões do Tribunal de



Contas da União que importem em sua anulação ou revogação. Súmula Vinculante n. 3. Precedentes. 3. Mandado de segurança concedido. (MS 26393, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 29/10/2009, Die-030)'

Portanto, o pedido é procedente.

3 – DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido formulado na Inicial e declaro extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil de 2015.

Declaro o direito do autor à manutenção de acumulação da VPNI, decorrente da incorporação dos quintos, com a GAE, haja vista que tal situação perdura há mais de 5 (cinco) anos.

Anulo o ato administrativo que determinou o corte da VPNI, decorrente da incorporação dos quintos.

Condeno a União Federal ao restabelecimento do pagamento cumulado da VPNI com a GAE, bem como ao pagamento dos valores retroativos devidos em razão do direito declarado, acrescido de juros de mora e correção monetária, nos termos da Lei.

Defiro a tutela, determinando o restabelecimento do pagamento cumulado da VPNI com a GAE, por verificar os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015. Entrementes, **rejeito** os retro Embargos Declaratórios da parte, que excedem o escopo do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Com a vênua do §8º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, **condeno** a parte sucumbente ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo equitativamente em R\$5.000,00 (Cinco mil reais), tendo em vista os incisos III e IV do §2º do Art. 85 do Código de Processo Civil de 2015 (a natureza e a importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço), em lugar de percentagem sobre o valor da causa como apresentado pela parte requerente.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Arquivem-se oportunamente.

Sentença sujeita ao reexame necessário (art. 496, I, do Código de Processo Civil de 2015).

Brasília, .

(assinado eletronicamente)

MANOEL PEDRO MARTINS DE CASTRO FILHO

Juiz Federal Substituto da 6ª Vara, SJ/DF

